

O NOVELO DE LÃ:  
O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
BRASILEIRO E O FIO DA HISTÓRIA NO  
LABIRINTO DA POLÍTICA

**Raphael Silva Fagundes**

Doutorando em História Política no Programa de Pós-Graduação da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro.  
e-mail: raphaelsfagundes@yahoo.com.br

FAGUNDES, Raphael Silva. O novelo de Iã: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o fio da história no labirinto da política. *albuquerque* – revista de história. vol. 8, n.º 15. jan.-jun./2016, p. 42-66.

**Resumo:** O investimento em um discurso coerente que coloca o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na marcha em direção ao progresso é o foco deste texto. Tendo a retórica como chave de leitura, buscaremos analisar os discursos proferidos pelos membros da associação oitocentista nas aberturas das sessões de aniversário. Tais peças de retórica projetavam uma imagem articulando as esferas do tempo (passado, presente e futuro), de modo a construir uma espécie de linha progressiva, legitimando a presença do IHGB no cenário político marcado pelos conflitos regionais apontando uma direção para a prosperidade.

**Palavras-chave:** Retórica; temporalidade; IHGB.

**Abstract:** The investment in a coherent and persuasive discourse that sets the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro as the conductor of a national march towards progress is the focus of this text. Having the rhetoric as a key of our reading, we are going to search the speeches uttered by the members of the nineteenth-century association in the 'opening anniversary sessions' during the first decade of the second reign. Such rhetorical pieces sought to build a image that articulate the three dimensions of time (past, present and future), in mode of developer a kind of progressive line, legitimating the presence of IHGB as a indispensable to reach the future prosperity, thus solving the problems of a political scene marked for the regional conflicts.

**Key-words:** Rhetoric; historiography; IHGB.

## O novelo de lã e o fio da História



Assim como o novelo de lã dado a Teseu por Ariadne para que ele pudesse, desenrolando-o, marcar o caminho e não se perder no labirinto do Minotauro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) seria capaz de desenrolar o novelo da história ainda obscura, marcada por dúvidas deixadas por eruditos estrangeiros apontando, assim, a direção para a glória e prosperidade do Império. É por isso que Januário da Cunha Barbosa destaca a importância da História para a fortuna política do Brasil, pois, segundo o primeiro secretário do Instituto: “Até o mesmo homem de gênio necessita do fio da História para se guiar com segurança no obscuro dédalo da política”.<sup>1</sup> Se não fosse o novelo de lã para mostrar o caminho para Teseu certamente ele seria devorado pelo monstro mitológico. Da mesma maneira, o IHGB se colocava como o guia, farol na noite escura, salvando a nação da devastação conduzida pelos conflitos regionais promovendo, por meio de bases sólidas, a unidade nacional. *Desenrolaria* o novelo da história tornando-a clara e evidenciando a direção certa.

Mas como se comprovaria que o IHGB era o caminho para assegurar um futuro próspero para a nação ao lado do projeto político centralizador conduzido pelo monarca D. Pedro II? Estabelecendo uma imagem que se adequasse aos interesses da instituição, sobretudo, por meio da concepção de tempo linear. É a partir daí, que a retórica usa o tempo como um *topos* para convencer os ouvintes de uma dada tese. Não buscamos analisar a metodologia ou a escrita da história desenvolvida pelo Instituto, mas como os membros da associação forjaram argumentos para colocar o IHGB como o herdeiro de um passado letrado e motor de um futuro próspero. Isto é, ele criaria o fio de sua história para legitimar a sua posição nas circunstâncias que se encontrava, apoiando-se em exemplos buscados nos primórdios da civilização ocidental. Os componentes retóricos

---

<sup>1</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. “Relatório do secretário perpétuo”. R.IHGB, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, pp, 582-603, 1916, pp. 586. (1840) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2011.

utilizados para se forjar a imagem da instituição eram fundamentais para desenrolar o novelo de lã, produzindo um fio da História.

Fundado em 1838 por figuras importantes envolvidas no jogo político do Império<sup>2</sup>, a “Casa da Memória Nacional”, como era conhecido o IHGB, foi um grande reduto da erudição brasileira do século XIX, e tinha como objetivo inicial coligir documentos úteis para a história da pátria. A maior parte dos historiadores que buscaram entender a produção do IHGB focalizou na questão da escrita da história, no entanto, nesse aspecto, temos que concordar com José Eduardo Franco de que tanto os profetas de outrora quanto os historiadores, além de possuírem uma obsessão pelo passado, também exprimiam uma obsessão pelo futuro, traçando uma trajetória conivente com as condições do presente em termos de valores, saberes e interesses políticos.<sup>3</sup> Isto é, não era somente a administração do passado que estava em jogo, como destaca Manoel Salgado Guimarães<sup>4</sup>, mas, também, a dos tempos vindouros.

Eric Hobsbawm mostra que muitas pessoas,

notadamente políticos, que proclamam a necessidade de aprender as lições do passado – quando não proclamam que já as descobriram –, mas uma vez que o interesse principal de praticamente todos eles está em utilizar a história para justificar o que gostariam de fazer de qualquer maneira.<sup>5</sup>

Os membros do IHGB se aparentam muito com esses políticos que se apoiam no passado para legitimar suas atitudes traçando uma linha em direção ao futuro. Essa linha é fundamental para entender o futuro, segundo Terry Eagleton: “Um futuro que de algum modo não estivesse em linha com o presente seria ininteligível, tanto como seria indesejável um futuro que estivesse *somente* em linha com o presente”.<sup>6</sup> Essa linha, no

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da Imediata Proteção Imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2011, p. 43.

<sup>3</sup> FRANCO, José Eduardo. “Projeto de cidadania do futuro: Quinto Império como possibilidade de um Mundo Novo segundo Vieira”. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; e RIBEIRO, Vanessa Costa (orgs.). **Vieira: vida e palavra**. Edições Loyola: São Paulo, 2008. p. 132.

<sup>4</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)**. Trad: Paulo Knauss e Ina Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 250.

<sup>5</sup> HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. Trad: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 52.

<sup>6</sup> EAGLETON, Terry. “Um futuro para o socialismo”. In: BORON, Atilio.; AMADEO, Javier. e GONZÁLEZ, Sabrina. (orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Trad: Simone Rezende da Silva e Rodrigo Rodrigues. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 450.

*continuum* passado, presente e futuro é desenhada por meio de uma grande habilidade retórica estabelecendo um sentido lógico de acordo com as expectativas de um dado grupo.

Temístocles Cezar, a propósito do discurso de Januário da Cunha Barbosa no ato de fundação do IHGB, observa a dimensão persuasiva do primeiro secretário do Instituto. Acredita que o “*império da eloquência* foi constituído no Brasil, não somente pelos manuais escolares e pelos debates entre os políticos, mas também por discursos como o de Barbosa”. Segundo Cezar a “eloquência, é uma arma, é um meio de intervenção decisivo tanto na vida política do império brasileiro, como na construção de uma noção de história no IHGB”. A retórica da história é útil, “acima de qualquer outra coisa, à nação”.<sup>7</sup>

Sendo assim, escolhemos a retórica como chave de leitura<sup>8</sup> para compreender a imagem que os sócios do IHGB buscavam construir da associação, forjando o fio da História. Entendendo a retórica como sendo um tratado de argumentação estabelecido entre o orador e o auditório que pretende “*provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*”,<sup>9</sup> abordaremos as intenções dos oradores investigados, que visões seus discursos queriam avançar, onde queriam chegar, e o que se estava fazendo com o que era dito.<sup>10</sup>

Deste modo, para construir sua imagem de instituição imprescindível para o progresso da nação, o IHGB investe em administrar o tempo, momento em que, de fato, a temporalidade estava saindo das mãos da Igreja e passando a fazer parte da concepção moderna, muito mais profana. A História seria o principal argumento nessa nova episteme que poderia, por sua vez, legitimar uma condição de poder. Assim, os sábios, os soberanos e reinos bem sucedidos do passado serviam como uma referência para validar um dado discurso.

<sup>7</sup> CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da história, historiografia e nação no Brasil do século XIX”. *Diálogos*, DHI/UEM, v.8, n. 1, p. 11-28, 2004. p. 27.

<sup>8</sup> CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 123-152, 2000.

<sup>9</sup> PERELMAN, Chaïm. e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de Argumentação: a nova retórica*. Trad: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 04.

<sup>10</sup> SKINNER, Quentin. “Quentin Skinner”. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As Muitas Faces da História*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 333.

## As transformações na concepção de tempo

Primeiramente precisamos observar que a concepção linear do tempo é uma característica da modernidade. Ou melhor, segundo K. Pomian a concepção de tempo cíclico e linear viviam paralelamente antes do iluminismo até que Voltaire, Condorcet e Kant colocaram a concepção linear e cumulativa do tempo em uma perspectiva predominante. Desta forma, a partir da Revolução Francesa a história política começa a ser concebida da mesma maneira pela qual estes filósofos entendiam a marcha da humanidade para o progresso. Sendo assim, pode-se constatar que “a cronosofia do tempo cíclico foi posta à margem, ao passo que aquela que considera como linear ocupa o centro”.<sup>11</sup>

O regime de historicidade, isto é, a maneira como as pessoas, em sua realidade imediata, enxergavam a temporalidade na Antiguidade Clássica, consistia em uma coexistência entre passado, presente e futuro. De acordo com François Hartog, não havia uma fronteira entre as dimensões do tempo, o futuro poderia ser encontrado no passado e vice-versa. Por isso que a figura do advinho, do profeta etc. tinha grande valor:

Tratar o tempo como passado, presente ou futuro não tem, na realidade, nenhuma importância: são para o advinho idênticas passagens de saber – situadas no mesmo plano – que surgem em função do pedido que lhe é dirigido.<sup>12</sup>

Segundo Hannah Arendt, os antigos entendiam que as causas das coisas estavam no objeto e no evento em si, não em uma consequência de algo geral. Sendo assim, os eventos eram individuais; a pessoa era o foco, sua imortalidade, seu heroísmo. As coisas carregavam o seu significado dentro de si, esperando apenas uma palavra para se manifestar, pois não havia uma noção de acumulação de fatos, eventos ou episódios do passado que desembocariam nos acontecimentos presentes, tal noção só apareceria de forma dominante no século XIX.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> POMIAN, Krzysztof. “Ciclo”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol: 29. Imprensa Nacional: Lisboa, 1993, p. 127.

<sup>12</sup> HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 69.

<sup>13</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Trad: Mauro W. Barbosa. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013,. p. 97.

Na cultura medieval, o homem passa a ser mais valorizado que a natureza. A vida é sagrada e a humanidade é eterna, superior e, enfim, a imagem e semelhança de seu Criador. Santo Agostinho mostrou o sentido da história: da queda à salvação. Paul Ricoeur destaca que Agostinho inaugura uma concepção de tempo em que a trajetória da alma humana é o meio por onde percebemos a temporalidade, por onde o tempo, antes físico, torna-se humano.<sup>14</sup> O espírito santo é agora a causa geral. Para o erudito sacro, os acontecimentos seculares, são cíclicos, já inscritos na verdade bíblica.

Desta forma, toda a história da humanidade já havia sido escrita, tendo um início (a queda) e um fim (a Salvação no Juízo Final).<sup>15</sup> Ou seja, o destino de todos nós já estaria traçado, os acontecimentos nada mais são do que confirmações das profecias bíblicas. Enfim, o mundo não poderia ser diferente do que já se esperava, deveria ser semelhante ao que estava nas Escrituras.

Esse quadro de coisas muda a partir do momento em que os seres humanos começam a enxergar a natureza de uma nova forma: quando é posto em xeque a imutabilidade do mundo. Hannah Arendt acredita que o conceito de História irá começar a se modificar entre os séculos XVI e XVII, a partir do momento em que se começa a desconfiar de que os sentidos não revelam mais a verdade dos fatos. Foi de tal desconfiança que emanou o empirismo; rompe-se com as determinações clássicas. É este o embrião do homem moderno que mostra suas próprias ilações. Surge o subjetivismo: o homem só é capaz de compreender aquilo que faz; aquilo que testa. A ciência moderna não se pergunta mais o “que”, mas “como”.<sup>16</sup> As coisas, no século XVII, tornam-se produtos de um *processo*, tangível também para a criatura, não mais apenas para o Criador. Através de um mundo empírico, a natureza vai lentamente se humanizando. Como afirma Michel Foucault: “É aqui que o saber rompe seu velho parentesco com a *divinatio*”.<sup>17</sup> O processo nos levará à mutabilidade do mundo.

Mas, ainda neste período, havia obstáculos que impediam que o florescimento de uma ideia chave para a noção de tempo moderna acontecesse. Estamos falando da ideia de progresso. Para Jacques Le Goff, “o modelo continuar a ser posto no passado” era o óbice principal. E, de mais, a ideia de progresso pertencia ao domínio científico, somente

<sup>14</sup> RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. Vol. 1. Trad.: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 30.

<sup>15</sup> ARENDT, Hannah, op. cit. p. 99.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 88.

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad: SalamaTannus Muchail. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 74.

por volta de 1740 que “o conceito de progresso tende a generalizar-se e difunde-se nos domínios da história, da filosofia e da economia política”.<sup>18</sup>

No entanto, outros pesquisadores acreditam que a concepção cíclica do tempo entre os antigos e os medievos não impediu a existência de uma visão progressiva linear. Esta é a visão do sociólogo Robert Nisbet. Não respeitando muito as *epistémês* e, muito menos, o *regime de historicidade* de cada época, o sociólogo americano afirma que “a partir de Hesíodo e talvez de Homero, a fé no progresso tenha sido a fé dominante”<sup>19</sup>, e que Eusébio tinha uma visão “desenvolvimentista ou progressiva”<sup>20</sup> de Roma, e ainda que as palavras de Santo Agostinho sobre o progresso material encontradas no Livro 22 de *A Cidade de Deus* “poderiam ter sido igualmente escritas por Sófocles, Lucrécio ou até mesmo por Condorcet ou Godwin, no século XVIII”.<sup>21</sup> Segundo o autor, é em Lucrécio que encontramos, pela primeira vez, em toda literatura ocidental, a palavra *progređientes*, “da qual deriva a nossa palavra ‘progresso’”.<sup>22</sup>

A nosso ver, poderia até ter havido o ideal de progresso entre os antigos e os medievos, no entanto, ele não era dominante devido às noções de eternidade, imutabilidade, imortalidade etc. concedido a uma força maior. O próprio Nisbet afirma que:

grande parte do pensamento político e social do Ocidente não consiste tanto em mudar ou acrescentar a perspectiva de Santo Agostinho e do Cristianismo. Ao contrário, consiste – especialmente no Ocidente moderno – na remoção das fundamentações teístas que para um Agostinho eram essenciais para o progresso e a perfeição.<sup>23</sup>

Sendo assim, somos inclinados a acreditar que é exatamente devido à extração do divino (das “fundamentações teístas”) da concepção de tempo, a razão de sua transformação pelos modernos. Embora haja uma consciência progressiva do tempo nas Sagradas Escrituras, (aliás, segundo Hartog, é no livro de Êxodo que uma forte tensão

<sup>18</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7 ed. Trad: Bernardo Leitão. Campinas: EdUnicamp, 2013. p. 228

<sup>19</sup> NISBET, Robert. *História da Ideia de Progresso*. Trad: Leopoldo José Collor Jobim. Brasília: UNB, 1985, p. 16.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 68.

para frente aparece na noção temporal judaica<sup>24</sup>) a questão é que a história do progresso da humanidade, na visão de mundo medieval, já havia sido escrita nos livros bíblicos; o que acontece no mundo é o que está descrito na Bíblia interpretado por um processo de semelhança. As Sagradas Escrituras se apresentam de forma progressiva, do Gênesis ao Apocalipse, o que formata a concepção de tempo medieval. Mas, não era uma noção de progresso como a que irá surgir nos finais do XVIII com a modernidade, pois, nesta última, o futuro era uma incógnita, totalmente aberto ao novo.

Jean Delumeau ressalta essa questão ao mostrar que a crença no milenarismo, nos mil anos de felicidade terrena, desembocou na noção de progresso em meados do século XVIII. Segundo o historiador francês, essa transição pode ser vista na Inglaterra na obra de Thomas Burnet, *Treatise concerning the state of departed souls, before, and at, and after the resurrection*, na qual “expõe aí que a semente da salvação germina e cresce progressivamente na alma humana”.<sup>25</sup> No entanto, ainda há nessa concepção uma perspectiva teísta, pois o avanço está em rumo à salvação, ademais, estava também baseado nas profecias bíblicas de um retorno a uma Idade de Ouro.

É nesse instante que nos apoiaremos em Reinhart Koselleck para refletir sobre a questão do tempo por meio das noções de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Essas categorias entrelaçam passado e futuro e, a partir da tensão entre as mesmas, resulta o tempo histórico.<sup>26</sup> A tese sustentada por Koselleck é de que só se começou a pensar em um tempo novo – nos finais do século XVIII – a partir do momento em que as expectativas se distanciaram das experiências. E como isto aconteceu?

Segundo Koselleck, a historiografia antiga e medieval possuía a noção de tempo contínuo, busca-se o início de tudo e nada acontecia de realmente novo. Na Idade Média, por exemplo, todas as histórias desembocavam no presente por meio de um progresso contínuo. No Renascimento, por sua vez, os humanistas usavam exemplos de maneira que qualquer ideia de novo nos acontecimentos era rechaçada. Sendo assim, “o realmente novo do tempo não poderia ser senão o Último Dia, que poria um fim a todo tempo anterior”. “Só depois que as expectativas cristãs do fim deixaram de ser uma contínua

<sup>24</sup> HARTOG, 2013, op. cit., p. 89.

<sup>25</sup> DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 276.

<sup>26</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 312.

presença é que pôde ser descoberto um tempo que se transformou em um ilimitado e se abriu para o novo”.<sup>27</sup>

No entanto, um “novo e inédito tipo de futuro” surgia na concepção estrutural a partir do século XVIII, nos explica Koselleck, e quando o horizonte de expectativa saiu dos domínios da Igreja, substituiu-se “profecia” por “progresso”.<sup>28</sup> A ideia de se alcançar o além foi substituída pelo melhoramento da vida terrena. O historiador alemão destaca que “o futuro tornou-se um campo de possibilidades finitas, organizadas segundo o maior ou menor grau de probabilidade”.<sup>29</sup> A concepção de tempo moderna consiste em sua abertura para o novo.

Mas a religião, o cristianismo, principalmente, não foi um entrave para o progresso, muito pelo contrário. Esta questão fica clara quando observamos o conceito de civilização intensamente explorado no século XIX.<sup>30</sup> Mesmo após grandes transformações epistemológicas, a religião continuou a ser reconhecida como um dos motores da civilização. Em 1756, Mirabeau, afirma que a religião tornou a civilização possível: “a religião, longe de ser excluída pelas ‘virtudes sociais’ ou pela ‘moral natural’, é considerada por Mirabeau como o ‘principal móvel’ da *civilização*, ela mesma assimilada à sociabilidade”.<sup>31</sup> O *Dicionário Universal* (Trévoux) de 1771 descreve que “a religião é incontestavelmente o primeiro e o mais útil freio da humanidade; é o primeiro móvel da civilização”,<sup>32</sup> porque liberta os instintos humanos da barbárie, da violência, e de outros costumes tidos como rudimentares. Não é por menos que o nacionalismo do século XIX aderiu-se a diversos tipos de religiosidades que possibilitaram atribuir à nação um sentimento sacramental.<sup>33</sup> Daí acreditamos na adaptação de determinados elementos retóricos que compunham o antigo poder político para a composição do poder político moderno.

<sup>27</sup> KOSELLECK, Reinhart, 2006, op. cit., p. 278.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 316.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>30</sup> Ver: FAGUNDES, Raphael Silva. “A civilização pelo comércio: uma análise da retórica no “Discurso sobre a palavra Brazil” de José Silvestre Rebello”. In: *Revista Ars Historica*, ISSN 2178-244X, nº10, Jan/Jul 2015. p. 172-190. | [www.ars.historia.ufrj.br](http://www.ars.historia.ufrj.br)

<sup>31</sup> MIRABEAU apud STAROBINSKI, Jean. *As Máscaras da Civilização: ensaios*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 14.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>33</sup> HAUPT, Heinz-Gerhard. “Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas”. In: *Estudos Avançados*. 22(62), 2008, p. 78.

## Desenrolando o novelo: os profetores dos sábios

O primeiro contato do Instituto com o Imperador d. Pedro II ocorreu em 1839 por meio de uma deputação enviada “a S. M. I. para pedir-lhe, em nome da mesma associação, que aceitasse o título de seu protetor”.<sup>34</sup> Buscando, por conseguinte, persuadir o Imperador de sua missão protetora, lança-se mão de um poderoso aparato retórico. Após se oferecer os estatutos da instituição, é mencionado o motivo de se estar ali às 10 horas da manhã de 19 de março:

Também [o IHGB] nos incumbiu de rogar humildemente a V. M. I. a graça vivificante do título de protetor do seu Instituto. A proteção às letras é o mais valioso atributo e a jóia mais preciosa da coroa dos príncipes: por ela se fizeram grandes Luiz XIV em França, e os Médicis na Itália, quando acolhiam as ciências e artes, que escapavam das ruínas do império grego: mas nem necessidade de mendigar modelos estranhos, bastará o augusto pai de V. M. I., que dignando-se aceitar a presidência da Academia Real das Ciências de Lisboa, para que nem esse benéfico predicado lhe faltasse...<sup>35</sup>

Nesse estilo de exposição dos argumentos observa-se a citação de modelos longínquos para legitimar uma determinada ação, uma retórica, na qual se baseia em exemplos e silogismos, compondo o fio do novelo. Entretanto, nesta ocasião, tem-se o cuidado em não apenas citar qualquer “modelo”, mas precisar no “augusto pai de V. M. I.”, esbanjando um dos posicionamentos do IHGB: a continuidade com a dinastia Bragança. Este elo de continuidade é uma das marcas da retórica dos sócios do Instituto, ao lado, não obstante, da ideia de proteção às ciências e letras, fundamental para destacar a participação do Instituto no circuito político que tinha o progresso da nação como um dos principais temas.

O Imperador é designado como o grande defensor das letras, ciências e artes, enfim, motor de nossa civilização. Retoricamente, o discurso de abertura da sessão magna de aniversário do Instituto de Aureliano de Souza Coutinho, proferido em 1840, parte de

<sup>34</sup> 7ª Sessão em 16 de Março de 1839. RIHGB, Rio de Janeiro, 3 ed, Tomo I, Imprensa Nacional, 1908. p. 51. (1839). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1839t0001c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

<sup>35</sup> 8ª Sessão (ordinária) em 23 de Março de 1839. RIHGB, Rio de Janeiro, 3 ed, Tomo I, Imprensa Nacional, 1908. p. 52. (1839). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1839t0001c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

outros reinos europeus e príncipes que defenderam tais elementos instigadores do progresso das nações, vistos, também, como uma necessidade histórica:

Assim é que os Grandes Príncipes, protegendo as Letras e Ciências, e animando os sábios em seus Estados, os tem feito florescer, e os tem engrandecido entre as demais nações, tornando-os respeitados, e fazendo-se eles mesmos mais poderosos e admirados pelos bens reais que promoverão; seja destruindo erros fatais à humanidade, seja diminuindo males que lhe são inerentes, e aumentando pela civilização o bem estar da sociedade.<sup>36</sup>

Em seguida complementa: “Se olharmos para a antiguidade encontraremos aí os Felipes e Alexandres em Macedonia; os Augustos, os Trajanos, os Marco Aurelios em Roma; e ao lado destes Grandes príncipes os protegidos por eles, os Aristóteles, os Xenocrates, os Areus, os Diões, e os Sextus”.<sup>37</sup> Aureliano prolonga ainda mais o fio da história.

Os príncipes que defenderam seus sábios, por conseguinte, foram presenteados com a glória e a fama de seus reinos. Este seria a outra extremidade do novelo. As provas são coletadas na própria história da civilização, iluminadas por um feixe de luz que, evita, em todas as hipóteses, um possível policromo. A conclusão seria monocromática, unívoca: o Imperador promoveria o progresso da nação a partir do momento que defendesse seus sábios.

Desta feita, como desenvolver no auditório esse raciocínio? Como fazer com que esse enunciado pareça uma verdade aceitável? De acordo com Aristóteles os silogismos e os exemplos “constituem o corpo da prova”,<sup>38</sup> pois conduzem o raciocínio dos ouvintes a uma determinada perspectiva proporcionando um efeito de verdade. Por sua vez, Quintiliano explica que os gregos chamavam os exemplos de Paradigmas, “compreendendo geralmente nesta palavra toda a confrontação de coisas semelhantes, e especialmente a dos fatos históricos”.<sup>39</sup> Para Quintiliano, o exemplo é “a lembrança, que

<sup>36</sup> COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. “Discurso d’abertura recitado pelo Vice-Presidente”. R.IHGB, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, 1916. p. 577. (1840). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 578.

<sup>38</sup> ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d. p. 29.

<sup>39</sup> QUINTILIANO, M. Fabio. *Instituições Oratórias*. Trad: Jeronymo Soares Barbosa. Tomo Primeiro, Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1788. pp. 350-351.

fazemos de um fato, ou acontecido, ou que podia acontecer, útil para persuadir o que intentamos”.<sup>40</sup> A questão a ser provada era a seguinte: se houver um protetor augusto e sábios dispostos, como houveram em outras eras, o resultado será apenas um; o engrandecimento da nação. Lia-se nesse engrandecimento a prosperidade do reino e também do próprio IHGB.

Para legitimar seus argumentos, os nossos oradores partem de silogismos que são invocados como premissas lógicas e exatas visando, deste modo, “uma conclusão afirmada categoricamente”<sup>41</sup>, que, no caso, seria a ação dos Protetores das Letras e Ciências para o progresso da humanidade, visto como fruto de um processo histórico inevitável. Isso é exprimido em Aureliano:

Senhor! Se o desenvolvimento e o progresso do espírito humano, desembaraçado das trevas dos antigos tempos; se a cultura da sã filosofia, e o apreço das verdades sublimes da Religião, tem feito incontestavelmente a humanidade bens incalculáveis, pode-se afoitamente dizer, que eles são devidos aos benéficos Protetores das Letras e Ciências.<sup>42</sup>

Em todos os tempos, o progresso humano foi devido à filosofia e às verdades da Religião. Entretanto, sem a proteção de um soberano, nada disso seria possível. Neste momento vemos que certos valores cultivados na época, como a religião, a filosofia (iluminista), aparecem no discurso como peças chave para o progresso. A apropriação de elementos de um dado circuito cultural é de importância vital para a adequação das palavras emitidas pelo orador à estética receptiva espaço-tempo<sup>43</sup>, visto que, o fim suasório efetivo de um discurso depende da articulação entre tais valores e a tese defendida.

Assim, os Felippes e Alexandres, Augustos e Trajanos, considerados reis de uma “idade de ouro”, são exemplos que levam a uma regra: a prosperidade de um reino só é

---

<sup>40</sup> Ibidem. p. 352.

<sup>41</sup> PLANTIN, Cristian. “Silogismo”. : CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Trad: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004. p. 448.

<sup>42</sup> COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. “Discurso d’abertura recitado pelo Vice-Presidente”. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, 1916. p. 576. (1840). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

<sup>43</sup> JAUSS, Hans Robert. “A estética da recepção: colocações gerais”. In: \_\_\_\_\_ (et. al.) **A Literatura e o Leitor: textos de estética da recepção**. Coord. e trad: Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. pp. 45-46.

possível com o cultivo da sabedoria. Não que se pretendia voltar no tempo, mas usar dos exemplos, concebendo, por certo, a história como mestra da vida. Tal perspectiva, era usada para se persuadir de propostas que agiriam em situações do presente, sendo assim, a rejeição dos exemplos fornecidos pelos antepassados enfraqueceria consideravelmente o processo de adesão à proposta que se queria promover.<sup>44</sup>

Aureliano endossa seu discurso:

Eu cansaria, sem jamais acabar, se quisesse fazer menção de todos os estabelecimentos, liberalidades, e profusões de graças em benefício das Ciências e seus cultivadores, que então tiveram lugar: todos os estudos, que podem concorrer para o desenvolvimento da indústria, para o aumento da agricultura, do comércio, e navegação, para o progresso e desenvolvimento das artes, tiveram de altos Soberanos a mais constante decidida proteção: que o digam nossas Academias e tantos outros estabelecimentos, que já rivalizam, se não excedem a muitas nações cultas da Europa!<sup>45</sup>

Começar o parágrafo com um “Eu cansaria”, é destacável. Mostra a intensidade, a quantidade de provas que o orador dispõe e, se a retórica, como diz Aristóteles, abriga-se nas provas apresentadas pelo discurso, havia uma multidão que Aureliano, depois de recitar algumas, nem precisava mais expô-las após desse “Eu cansaria”. As provas evidenciaram-se a sua frente e, por mais que dissesse, que as revelasse quantitativamente, jamais teriam fim, segundo colocou em palavras o nosso orador. Isso desemboca em um efeito de verdade incontroverso, a desenvolver no raciocínio dos destinatários a impossibilidade de refutação.

Há outro aspecto importante na passagem de Aureliano: “que o digam nossas Academias e tantos outros estabelecimentos, que já rivalizam, se não excedem a muitas nações cultas da Europa!” A comparação com a Europa é constante nos discursos, pois ela era o molde de aperfeiçoamento civilizacional. Mas, dizer que algumas de nossas instituições excediam “a muitas nações cultas da Europa” poderia cair no risco da ilegitimidade. Contudo, estas afirmações estavam coerentes com o discurso de Aureliano, pois nossas Academias possuíam um Soberano protetor, razão de sua glória. Logo, as

<sup>44</sup> PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de Argumentação: a nova retórica**. Trad: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, São Paulo: Martins Fontes, 2005. pp. 402-403.

<sup>45</sup> COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. “Discurso d’abertura recitado pelo Vice-Presidente”. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, 1916. p. 580. (1840). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

associações de letrados, de qualquer parte do mundo, que não possuíssem (pode-se ler: não tivessem um projeto político/cultural similar ao defendido pelo IHGB) essa proteção, não estariam no patamar das encontradas aqui. A estratégia de Aureliano constituiu-se em engrandecer a Instituição e os membros na presença de Sua Majestade Imperial que ali estava, pela primeira vez, como soberano efetivo, além de almejar relacionar a função das ciências e letras com o processo de centralização e constituição nacional, dando ao Instituto o título de centro emissor desses dois interesses. (Esse aspecto será melhor examinado no terceiro capítulo)

Partindo dessa ideia, até mesmo lugares distantes eram mencionados, como o fez visconde de São Leopoldo, no discurso de abertura de 1842, saudando (e usando de exemplo) um califa do Egito:

...mais nobre, e talvez ainda mais piedosa, a que inspirou a um Soberano do Oriente, quando ordenou que o direito de asilo se estendesse as Bibliotecas do seu Império: “*ali também, dizia ele, dão-se verdadeiros templos, porque o culto que nelas se professa é o da virtude, fortificada pela inteligência, e pelos dizeres ditados segundo a experiência dos tempos passados*”.<sup>46</sup>

Naquela situação de comunicação, em que as províncias de São Paulo e Minas Gerais passavam por agitações liberais, os discursos davam mais importância para a questão da centralidade do poder, por isso a imagem do soberano ganha maior destaque enquanto que aspectos como religião, cultura, etc., não tinha tanta relevância. Onde houvesse provas de grandes monarcas protetores das letras que pudessem legitimar o que estava sendo dito, ali eram mencionadas.

Do interior dos muros do Instituto reverberava-se em palavras gloriosas a euforia e a comemoração da população nas ruas com as festividades do grande 18 de julho. Conectando a associação com o contexto político, São Leopoldo é mais direto que Aureliano. “O gosto pela ciência é o selo característico, que a natureza imprime nas almas formadas para aspirar a glória; se os soberanos protegem os talentos, estes bem os recompensam, recomendando-os a imortalidade”.<sup>47</sup> Assim traça a linha do progresso em

<sup>46</sup> SÃO LEOPOLDO, Visconde de. “Discurso de abertura”. R.IHGB, Rio de Janeiro, Tomo IV, Imprensa Americana de L. P. da Costa, pp. 01-04, 1842. p. 2. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1842f0004c.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2011.

<sup>47</sup> SÃO LEOPOLDO, op. cit., 1842, p. 02.

que o IHGB é o principal protagonista. Aqui “o gosto pela ciência” é inato para aqueles soberanos que aspiravam a glória. Sendo assim, seria incontestável, tão certo que tentar controlá-lo seria ir de encontro aos princípios naturais. No restante, o discurso utiliza-se dos exemplos indutivos das falas precedentes, entretanto enquadra-se na lógica do orador que fala depois daquele que o precedeu.

Deve-se falar a mesma coisa, mas com palavras diferentes. Isso porque a situação enunciativa em que os protagonistas estão envolvidos é a mesma. Cícero demonstra que, quando um orador nos precedeu falando do mesmo assunto e compartilhando do nosso próprio pensamento, devemos expor as palavras de forma diferente, pois os ouvintes podem se encontrar cansados.<sup>48</sup> Aureliano já havia dito o que São Leopoldo afirmava com tanta veemência, mas este último irá se valer de palavras, ritmo e magia diferentes para não se tornar enfadonho.

As palavras davam uma maior entonação ao projeto político/cultural que se pretendia implantar. Como persuadir de forma a parecer que os próprios persuadidos fizeram brotar de si a clareza lógica da tese em questão? Nenhuma proposta deve apresentar-se como uma imposição, mas sim como um encaminhamento, como um instrumento útil para sanar os problemas do mundo real. Mas para isto seria preciso provas que pudessem dar corpo ao que se pretendia defender. A chegada de D. Pedro II ao trono pode ser encarada como uma prova? Devemos considerar que sim. A Maioridade foi um fato, e segundo Olivier Reboul, “os fatos já são argumentos”.<sup>49</sup> Esse ocorrido foi utilizado na argumentação para comprovar que a nação não corria mais o risco de desmembramento. Pelo menos, era para isso que as palavras que captamos aqui se cristalizaram em frases de corpo e alma. A deputação que foi honrar o Imperador em 23 de julho de 1841 afirmava que a chegada ao poder de D. Pedro II deu “assim estabilidade e ordem ao vacilante Império de Santa Cruz”.<sup>50</sup> Mas esse fato também prova outra coisa: que as ciências, as letras e as artes podem, daquele momento em diante, se desenvolver seguramente sob a luz do Sol e da Lua mediante a proteção de V. M. I.

As provas são capturadas em diversos momentos da história, como mostram os silogismos. Destarte, a História era vista como “testemunha dos tempos, luz da verdade,

<sup>48</sup> CÍCERO, Marco Túlio. *Retórica a Herênio*. Trad. e Int: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005. p. 63.

<sup>49</sup> REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Trad: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 164.

<sup>50</sup> 68ª Sessão em 12 de Agosto de 1841. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo III, Tipografia de D. L. dos Santos, 1841. p. 360. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1841t0003c.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2011.

ela abunda de elementos necessários a nossa civilização, e à prosperidade do Estado: mestra da vida, oferece exemplares de heróicos feitos aos que prezam a honra de servir a Pátria”.<sup>51</sup> Apesar de se afirmar que a História era a “mestra da vida”, tal termo muda o sentido quando se altera o regime de historicidade. Valdeci Araujo explica isto de forma bastante convincente. De acordo com o autor, a expressão (“mestra da vida”) não serve mais como um elemento de organização societária, deixa de ser um conceito e passa a ser utilizado como um recurso estilístico e tradicional. “Isso fica bastante evidente nos textos programáticos do IHGB, nos quais a fórmula é invocada em situações celebrativas e públicas, mas que raramente recebe tratamento sistemático ou maior desenvolvimento”.<sup>52</sup>

O conhecimento adquirido acerca da trajetória dos homens ajudaria a guiar nossos passos pelo Dédalo da política, como nos informa Januário da Cunha Barbosa em seu relatório do ano de 1840. Por conseguinte, a geografia, embora tivesse importância, era apenas coadjuvante da História,<sup>53</sup> sendo que, esta, por sua vez, daria conselhos e mostraria os “caminhos que [se] deve seguir, os escolhos que deve evitar, e o seguro porto, a que uma sábia manobra pode felizmente fazer chegar a nau do Estado”.<sup>54</sup> Um discurso contundente, já que se pretendia mostrar a utilidade do IHGB na construção e prosperidade do reino de D. Pedro II.

Por certo, depois de tudo que foi dito até então, tal conclusão reforçaria o raciocínio desenvolvido pelos argumentos aqui observados, que consiste no seguinte: se, em todas as eras e lugares onde houve proteção de grandes príncipes o reino era lembrado por sua glória e esplendor, logo, se, D. Pedro II fizesse o mesmo, o futuro, evidentemente, avaliaria seu reinado com a mesma admiração que os sócios avaliavam os dos príncipes antanhos. Como já foi dito, o raciocínio é o cerne da argumentação no

---

<sup>51</sup> Ibidem, p. 587.

<sup>52</sup> ARAUJO, V. L. . “Sobre a permanência da expressão história magistra vitae no século XIX brasileiro”. In: ARAUJO, Valdeci L.; MOLLO, Helena M.; NICOLAZZI, Fernando.. (Org.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão..** Rio de Janeiro: FGV, pp. 131-147, 2011, v. , p. 143.

<sup>53</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. “Relatório dos trabalhos acadêmicos do Instituto, no quinto ano social”. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 3 ed., Tomo V, Tipografia Universal de Laemmert & C. pp. 04-30, 1885. p. 4. (1843). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1843t0005c.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

<sup>54</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. “Relatório do secretário perpétuo”. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, pp, 582-603, 1916. pp. 586-587. (1840) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2011.

princípio aristotélico.<sup>55</sup> Todos os exemplos desembocam em um raciocínio indutivo de grande coerência, carregando em si, um efeito de verdade. Trata-se de uma argumentação por analogia, na qual se cria um sistema coerente que traduz linguisticamente as representações sociais e ideológicas.<sup>56</sup> Aristóteles afirma que é pelo discurso que se persuade, “sempre que demonstramos a verdade ou o que parece ser verdade”.<sup>57</sup> Ou seja, a retórica é o que se demonstra possível, provável, conduzindo o raciocínio a uma conclusão lógica, sendo que, o que está em jogo, não é exatamente a verdade, mas, o efeito de verdade, melhor dizendo, a verossimilhança.

A retórica de nossos oradores também se equipava de uma técnica argumentativa que realçava o vínculo causal como relação de um fato e sua consequência:

A História um dia fará menção honrosa deste Instituto; e quando a fizer dos altos feitos, e ações sublimes de V. M. I. ela não esquecerá mencionar, que V. M. I. desde mui tenra idade amou e protegeu as Letras e Ciências; que franqueou seus Imperiais Paços para a cultura delas...<sup>58</sup>

Ao proteger as letras, influenciado pela expectativa de outros e por ato consequente, a imagem do Imperador (criada pelos sócios do Instituto) estabelece um objeto essencial de argumentação que o permitirá ser lembrado, no futuro, como a glória e a grandeza dos grandes soberanos do passado, usados, naquele momento, na própria retórica. Nesta perspectiva, portanto, espera-se a consolidação de sua memória ao longo das gerações. Ao considerar ou não uma conduta, como um meio de alcançar um determinado fim, pode acarretar as mais importantes consequências e, portanto, por essa razão, constituir o objeto essencial de uma argumentação.<sup>59</sup>

---

<sup>55</sup> Os argumentos devem “tencionar tornar racional uma decisão”. PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de Argumentação: a nova retórica*. Trad: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 70.

<sup>56</sup> BEACCO, Jean-Claude. “Analogia”. Trad. Maria do Rosário Gregolin. In: CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004. p. 47.

<sup>57</sup> ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d. p. 35.

<sup>58</sup> COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. “Discurso de abertura”. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, 1916. pp. 581-582. (1840). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

<sup>59</sup> PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie, op. cit., 2005, p. 308.

O que se vê, deste modo, é uma relação de *fato-consequência*, onde a proteção imperial ao IHGB é entendida como uma ação feita para se chegar ao efeito desejado, isto é, passar à posteridade a imagem do Império, qual seja, fazê-lo entrar para a História. A bondade e o amor do Imperador às letras e às ciências, louvados pelos sábios, tornar-se-ão motivo de produção poética e do entalhar de estátuas que o manterão sempre vivo na memória da Nação brasileira. Levar à ocorrência de tal consequência, de forma análoga aos exemplos já reconhecidos pelo auditório, consiste em uma estratégia argumentativa de grande valor suasório. Assim, no dizer de São Leopoldo, após citar diversos exemplos de protetores das letras, “não é de menor valia o nobre estímulo que legam à posterioridade nesses preciosos exemplos, nesses modelos de possível perfeição humana”.<sup>60</sup>

## Desenrolando o novelo: a imagem dos sábios

O que se queria destacar era que um ato glorioso, de iniciativa da própria Majestade Imperial para o progresso da civilização nos trópicos, havia sido realizado. Manuel de Araújo Porto Alegre afirmava que “a página d’ouro do livro da glória, da legítima e modesta glória, está aberta”.<sup>61</sup> Aliás, ideias como estas foram proferidas no tempo de Luís XIV por um dos seus artistas oficiais da *Académie Royale de Peinture*. O rei francês “fizera nascer, ou formara, a maior parte dos homens ilustres que foram o ornamento de seu reinado”.<sup>62</sup> A escola palatina, um modelo de relacionamento entre os letrados e o poder político, fundada por Carlos Magno, atravessa as eras como um exemplo a ser seguido pelos soberanos.

O discurso de associação era alimentado pelo visconde de S. Leopoldo na sua fala de 1841, no qual, após ter destacado a importância da proteção imperial, revela uma

<sup>60</sup> SÃO LEOPOLDO, Visconde de. “Discurso de abertura”. R.IHGB, Rio de Janeiro, Tomo III, Tipografia de D. L. dos Santos, 1841. p. 519. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1841t0003c.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2011. O futuro também pode ser apreendido como um *topoi* de onde esses eruditos tiravam os argumentos que revelavam a preocupação e o empenho do IHGB acerca do progresso da sociedade brasileira. Sobre a mudança na perspectiva de tempo, tendo o futuro como foco na construção de uma ponto de vista moderno veja: ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008. pp. 58-60.

<sup>61</sup> 212ª Sessão em 15 de Dezembro de 1849. R.IHGB, Rio de Janeiro, 2 ed., Tomo Quinto, v. 12, Kraus Reprint, 1973. p. 556. (1849) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1849t0012c.pdf>. Acesso em: 22 de jan de 2012.

<sup>62</sup> BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Trad: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 78.

questão muito importante na retórica oitocentista. “Quando a Providência se apraz de dar aos povos tais monarcas” lega-se um grande estímulo a posteridade. Há, aqui também, uma comparação com Carlos Magno, que utiliza a religião para desencadear um efeito retórico, já que tem o propósito de relacionar a antiga instituição criada pelo rei carolíngio com o Instituto Histórico, ambos sob a égide celestial. Após o nome do soberano francês é posto entre parênteses: “Leão III lhe cinge em Roma o diadema dos Césares, e o primeiro se prostra ante ele; à esta cena retumba a igreja de S. Pedro com as aclamações de um povo abatido, nos desvarios do orgulho extasiado como a imagem do seu antigo esplendor”.

Depois se seguem os elogios ao monarca medieval: “grande homem, grande rei, grande legislador, lançado como brilhante exceção em meio de um século bárbaro e de trevas, ia resfolegar de tanta lida na sua favorecida Academia Aulica...”. Após citar os feitos da dinastia dos Braganças, em termos de proteção às ciências, volta aos sábios da Antiguidade:

Se fosse conhecido dos antigos esse nosso sistema de associações literárias, se florescessem em Roma academias, Horácio, para não poluir a sisuda companhia do seu amigo Virgílio, de boamente riscaria de seus versos algumas obscenidades; Lucrécio, para não desmerecer a honra de cômico de Cícero, só haveria conservado no seu poema traços os sublimes, com que se mostra tão grande pintor, e teria suprimido aqueles, nos quais em frios versos prosaicos dá lições de ateísmo: isto é, nos quais se esforça por tirar o freio ao perverso, que triunfa, e a consolação ao virtuoso infeliz.<sup>63</sup>

Passagem curiosa. São Leopoldo e outros oradores sempre se valeram do exemplo dos antigos, para reforçar a importância da missão dos eruditos, mas nesse momento, discute com os clássicos. Afirma que se estes tivessem um “sistema de associações literárias” protegido por um soberano como o nosso, ou melhor, um monarca escolhido pela Providência, seriam ainda mais virtuosos, como o foi o de Carlos Magno. Horácio riscaria as obscenidades de seus versos e, Cícero, teria “suprimido” as lições de ateísmo de suas máximas.

---

<sup>63</sup> SÃO LEOPOLDO, Visconde de. “Discurso de abertura”. R.IHGB, Rio de Janeiro, Tomo III, Tipografia de D. L. dos Santos, 1841, p. 519-521. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1841t0003c.pdf>. Acesso em: 13 de junho de 2011.

Trata-se de uma persuasão provocada pelos princípios morais mais difundidos em tal contexto.<sup>64</sup> Horácio, Virgílio, Cícero, entre outros, não iriam se “poluir” com “obscenidades” e nem com “ateísmos” se tivessem uma proteção como tinham os nossos literatos dos oitocentos, envolvidos pelo manto da fé católica. Essa seria a constatação, segundo tais homens de letras, de que o Instituto estava provido de um caráter mais sublime que as associações dos antigos, argumento poderoso para dar maior incentivo aos membros.

Mas, nem por isso, os antigos deixaram de enriquecer a retórica dos “literatos” de tal reduto erudito. O visconde de São Leopoldo apropria-se de uma estratégia argumentativa já observada quando se tratou da projeção da imagem do soberano imperial: a comparação. Após dizer que os sábios eram “operários inteligentes”, compara a associação com as “mais ilustradas Academias da Europa”, pois “tende para o aperfeiçoamento dos costumes e da civilização”. Destaca um fator na Antiguidade que se assemelha ao Brasil de então, no que tange a existência de indígenas selvagens em terras tropicais: as “nações antigas foram a um tempo polidas, brilhantes e bárbaras”.<sup>65</sup> A nação brasileira também era, naquela ocasião, polida e bárbara. Mas o progresso, a exemplo do mundo grego, seria manifestado “pela conscienciosa observância das virtudes sociais”, e pela descoberta de elementos fundamentais para a marcha da civilização. Permitam-nos uma citação mais longa:

A Grécia, ufana dos seus modelos na arte de historiar, os Herodotos, os Tucídedes, quantas vezes solicitados a formar de um mito tradicional uma narração irrefragável; dos seus oradores, os Isocrates, os Demosthemes, de cujas palavras, como de cadeias de ouro, pendiam seus imensos ouvintes; absorpta nas sublimes inspirações de Sócrates sobre a moral e sobre a existência de Deus, em recompensa que recebeu a cicuta; elevada na grandeza, na extensão do prodigioso engenho de Aristóteles; na eloquência e elevação de pensamentos do divino Platão; nos primores da original poesia de Homero, de Esquiles, de Sófoles, e de Píndaro; ornadas nos nomes venerandos de Aristides, de Focion; ditando lições de sagaz política em Péricles, ambicionando

<sup>64</sup> Essa questão de todos se convencerem pela moral veja: PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie, 2005, op. cit., p. 07. Os eruditos possuíam um vocabulário filosófico ligado ao que Francisco Salles de Torres Homem chamava de “ciência da moral” que se apoiava em Kant e Hegel. Essa filosofia era a contraposição de uma vertente materialista dos setecentos que tem Voltaire como seu principal autor. **HOMEM**, Francisco de Salles Torres. “Introdução”. **Revista Minerva Brasiliense: jornal de sciencias, letras e arte**. Rio de Janeiro, n 1, v.1, 1º de novembro, 01-05, 1843. p. 3.

<sup>65</sup> SÃO LEOPOLDO, Visconde de. “Discurso de abertura”. **R.IHGB**. Tomo IV. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de L. P. da Costa, pp. 01-04, 1842. p. 03. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1842t0004c.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2011.

o soberano poder, de que Miltiades logrou de fato, ao qual Temístocles em vão aspirou.<sup>66</sup>

Ao findar dessas citações, Vianna diz que Atenas, “centro das mais célebres escolas”, proclamou que “aqui [graças a todos esses sábios] sabe-se perfeitamente definir a virtude”.<sup>67</sup> Em nosso caso a Corte seria este “centro” por abrigar o próprio Instituto, além do Colégio D. Pedro II e do Arquivo Imperial; a definição legítima e virtuosa da sociedade estaria ali, como na Grécia, ao lado do poder cultural e político. Depois de citar tantos sábios do mundo grego, no mesmo parágrafo, Vianna dita à missão dos membros no projeto pedagógico traçado para se atingir a civilização: resgatar vestígios dos povos civilizados; salvar os monumentos fidedignos para a História e a Geografia do país; propagar para as “classes menos ilustradas” o conhecimento ofuscado sobre o período colonial; e consagrar os altares a virtude, como fizeram os antigos em Atenas.

## O fio na história das instituições eruditas na Terra de Santa Cruz

Em seu artigo de 1839, visconde de S. Leopoldo buscava legitimar a “Casa” como o representante da Ilustração no Brasil e na América, visconde de São Leopoldo. A metrópole é vista como “sufocadora de qualquer progresso”, no entanto, a ilustração consegue sobreviver para fazer progredir o espírito humano. O presidente do Instituto destaca diversas sociedades, começando com a *Sociedade Brasileira dos Acadêmicos Renascidos*, fundada em 1759 na cidade de Salvador, que, todavia, o “sopro abrasador do sistema colonial” fez com que ela perecesse.

Uma Sociedade de mesmo brilho civilizacional já iluminava os turvos dias da colônia, segundo o visconde. Era a *Academia Brasílica dos Esquecidos*, fundada em 1724 na Bahia. Desta “surdiram interessantes produções”, entretanto, lamentavelmente foram queimadas “no incêndio da nau *Santa Rosa*, em a qual a coleção era remetida para Lisboa a fim de imprimir-se”. A produção da academia *Felizes* do Rio de Janeiro, fundada em 6 de Maio de 1736 no palácio dos governadores, tivera o mesmo trágico fim.

Todavia, a associação que mais atendeu as necessidades do Brasil, no que tange a tarefa de descobrir indícios dos tempos remotos que abrilhantariam a imagem do IHGB, foi a *Academia*, fundada no Rio, sob os auspícios do vice-rei Marquez de Lavradio. Mantinha contato, através de correspondência, com a Academia Real da Suécia. Tendo a primeira Sessão

<sup>66</sup> SÃO LEOPOLDO, op. cit., 1842, p. 03.

<sup>67</sup> Ibidem.

Pública celebrada em 1772, deixou um grande arsenal de documentos sobre seus programas, revelando um destaque para a botânica. S. Leopoldo, não deixa de citar as ricas obras dos seus membros.

Os exemplos de um passado ilustrado não param por aí. A *Academia dos Selectos*, que foi fundada apenas para “aplaudir em prosa e em verso as virtudes e ações do capitão general Gomes Freire de Andrada”, primeiro comissário da demarcação dos limites meridionais da América Portuguesa, também deveria ser citada, pois, o IHGB, em um de seus objetivos oficiais, estava imbuído na missão de esclarecer as fronteiras do país e, para isso, valeu-se de uma vasta pesquisa, enviando alguns adidos diplomatas para coletar documentos “úteis” no exterior. A pesquisa histórica estava a serviço dos interesses políticos de então.<sup>68</sup> Segundo S. Leopoldo, esta academia promoveu “a reunião dos mais eruditos desta cidade [Rio de Janeiro]”.

O presidente do IHGB, trazendo à tona as academias do período colonial, almeja deixar claro que o Instituto pretendia cooperar “desta arte para ressurgirem à nova vida escritores, que com direito a imortalidade jaziam, ou por modéstia ou maliciosidade, sepultados no esquecimento”.<sup>69</sup> Além de resgatar esses homens ilustres, comprovando sua existência na história nacional, o IHGB iria, sob os auspícios de um novo governo, de uma “nova vida”, fomentar os gênios da pátria, deixando propagar o que, outrora, fora sufocado. Ao lado de Sua Majestade Imperial, o Instituto Histórico e Geográfico iria promover o progresso das letras, das artes e das ciências, como sonhavam os “ilustrados” dos tempos idos.<sup>70</sup>

Percebe-se que S. Leopoldo cria uma linha bastante rígida que une o passado, o presente e o futuro, forjando um fio condutor para a história em direção ao progresso e glória. Este fio condutor são os sábios. A história não fez justiça aos sábios de outrora, por isso era necessário regatá-la, isto é, desenrolar o novelo de lã, traçando um trajeto que apresentaria uma direção legítima e cômoda ao projeto de nação em questão.

Sem dúvida, vemos se manifestar aqui o que fenômeno das “tradições inventadas”. Segundo Eric Hobsbawm, com o objetivo de inculcar certos valores e normas de comportamento, as tradições inventadas estabelecem uma continuidade artificial com um passado histórico apropriado. “O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas

<sup>68</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op. cit., 2011, p. 89-91.

<sup>69</sup> SÃO LEOPOLDO, Visconde de. “O Instituto Histórico Brasileiro é o representante das ideias de Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram neste continente”. *RIHGB* Rio de Janeiro, 3 ed, Tomo I, Imprensa Nacional, 1908, pp. 64-68. (1839). Disponível em <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1839t0001c.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2011.

<sup>70</sup> Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, op. cit., 2011, p. 123.

fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição”.<sup>71</sup> O IHGB é a repetição das academias de outrora, no entanto, sob uma nova égide, ou seja, a repetição é legitimada pelo novo, dando uma nova leitura à tradição.

É oportuno salientar que essa articulação do Instituto com as antigas Sociedades, também, possuía uma eficácia argumentativa, por meio da qual, uma estrutura linguística é esquematizada com o intuito de estimular um raciocínio adequado, melhor dizendo, de se chegar ao fim maior da atividade discursiva, a persuasão.

Dominique Maingueneau usa o termo “deixis” para definir as coordenadas espaço-temporais no ato de enunciação, enquadrando seus sujeitos dentro de um tempo e de um lugar específico. Dessa terminologia, surge a *deixis discursiva* que pode ser compreendida como o “universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação”.<sup>72</sup> Destacam-se nesta deixis o **locutor** e o **destinatário discursivos**, a **cronografia** e a **topografia**. A deixis discursiva seria um primeiro acesso a cenografia<sup>73</sup>, que, por sua vez, produz uma *deixis fundadora*. Esta compreende as “situações de enunciação anteriores que a deixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade”.<sup>74</sup> Maingueneau complementa afirmando que uma “formação discursiva, na realidade, só pode enunciar de forma válida se puder inscrever sua alocação nos vestígios de uma outra deixis, cuja história ela institui ou ‘capta’ a seu favor”.<sup>75</sup>

Sem dúvida o discurso do visconde de São Leopoldo refere-se a uma deixis fundadora encontrada nas Academias ilustradas setecentistas, marcadas pela opressão colonial, enquanto que sua deixis discursiva era a ilustração no Brasil independente, livre, que iria conduzir a nação a um destino promissor. O IHGB é o **locutor** do discurso nacional, os **destinatários** são os literatos e a nação como um todo, o tempo (**cronografia**) é o período pós-independência, considerado o momento legítimo de se fazer interpretações nacionais e o espaço (**topografia**)

<sup>71</sup> HOBBSAWM, Eric. “Introdução: A invenção das tradições”. In: \_\_\_\_ e RANGER, Terence. (orgs.) **A Invenção das Tradições**. Trad: Celina Cardim Cavalcante. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 10.

<sup>72</sup> MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3 ed. Trad: Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997. p. 41. É preciso relembrar que Maingueneau substitui o termo “formação discursiva” por “posicionamento”, pelo fato de o termo trabalhado por Foucault não “atribuir um estatuto bem claro”. MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008. p. 16.

<sup>73</sup> A cenografia “é a cena de fala que o discurso pressupõe para poder ser enunciado”; é o estilo escolhido para enunciar. Ademais, vale destacar, que essa cenografia deve legitimar-se, de tal forma, a mostrar que o discurso só pode ser feito por meio de seus ditames. Cf. MAINGUENEAU, Dominique. Op. cit., 2008, p. 70.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>75</sup> MAINGUENEAU, Dominique. Op. cit., 2008, p. 42.

não era somente o Brasil, mas a civilização ocidental no sentido amplo. As Academias do período colonial podem ser apreendidas, nas palavras do presidente da associação, como a deixis anterior que legitimava a ação do IHGB, de dar prosseguimento a sabedoria reprimida por àquele regime despótico e guiá-la por dias mais radiantes. Essa proximidade espaço-tempo dava maior substância ao discurso e corroborava a ideia de evolução intelectual brasileira, a existência de “gênios” no passado e, o mais importante, a existência destes no momento sublime pós-independente.

## Conclusão

Assim, a continuidade é considerada, também, um ato linguístico intencional, que pretende fazer crer que o IHGB não era algo alienígena que invadia aquele espaço. Uma “árvore plantada fora do lugar”, como os seus detratores diziam. Na verdade, ele apenas resgata o que foi interrompido, uma missão de antigos brasileiros ilustres, que, naquele instante, foi reavivada pela dedicação dos sábios e pela honrosa proteção de Sua Majestade Imperial. Esta perspectiva, a nosso ver, também foi um dos principais motivos da permanência de alguns topos reconhecidos no mundo letrado desde a sociedade colonial. Uma continuidade através do discurso seria algo legitimador.

Assim, essa linha do tempo construída era endossada pela habilidade retórica dos oradores nessas sessões promovidas pelo Instituto Histórico, onde se encontravam o Imperador e diversos membros da política do Império, sendo alguns deles membros da associação. O propósito político dessa linha do tempo é claro: conduzir os homens no labirinto da política, como disse Januário da Cunha Barbosa. Por um lado, o passado era submetido aos rigores do método exigidos no século XIX, por outro, o futuro era uma imagem articulada com esse passado selecionado e projetado pelos rigores da retórica inspirados tanto nos clássicos de Aristóteles, Cícero e Quintiliano, quanto na herança retórica do mundo luso-brasileiro, onde os aspectos religiosos dos oradores lusitanos são reaproveitados em um novo contexto e em uma nova perspectiva temporal.<sup>76</sup> Deste modo, adotando a retórica como chave de leitura podemos ampliar o nosso conhecimento sobre os projetos políticos desenvolvidos ao longo da história intelectual.

---

<sup>76</sup> FAGUNDES, Raphael Silva. “Herdeiros da facúndia: a herança retórica oitocentista”. *Anais X Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado*. PPGHIS/UFRJ, vol. 1, Rio de Janeiro, 2015.